

ARQUITETURA NO/DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

CARVALHO, MARCIO RODRIGO CÔELHO DE.

Arquiteto e Urbanista (FCH-ESUDA, 2002), estudou Especialização em Gestão e Política Ambiental (UFRPE, 2005), Mestre em Desenvolvimento Urbano (MDU-UFPE, 2009) e Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP) na área de concentração de Fundamentos e História da Arquitetura e do Urbanismo. É Técnico/Arquiteto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, na Superintendência Estadual do Ceará. É professor do Centro Universitário 7 de Setembro – UNI7, Fortaleza-CE, no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Endereço: Rua Mirian de Abreu, nº179, Casa 20, Bairro Urucunema, Eusébio-CE, CEP 61760-000

E-mail: marcioarqurb@gmail.com

RESUMO

A inusitada criação do Território Federal do Acre trouxe não só uma nova geopolítica nacional, mas também uma produção arquitetônica peculiar, sob o discurso de ocupação, de anexação, de defesa de fronteiras e de integração nacional. Especialmente as perspectivas que povoaram as políticas nacionais, sobretudo as do Estado Novo, estiveram presentes na arquitetura ocorrida no Acre. Assim, práticas agrícolas, sanitárias, cívicas, morais, corporais, mentais, entre outros estão ligadas à constituição dos novos homem, sociedade e cidade. Há também o desenho feminil e do trabalhador nesse processo. O objetivo deste artigo é compreender em Rio Branco como essa arquitetura, desenvolvida desde a engenharia militar até os setores específicos de obras públicas federais contribuíram e criaram peculiaridades para a produção do espaço construído nas obras públicas do Acre. Para isso, são pesquisadas fontes secundárias como livros, teses, dissertações, artigos, monografias e outros escritos, bem como as fontes primárias: fotografias, relatórios de governo, etc. Justifica-se esse artigo pelo peculiar fato que a Amazônia brasileira e outras partes do país apresentam com a questão dos Territórios Federais e como essa condição se materializa no espaço construído, sob o discurso da modernidade e da modernização das cidades acreanas.

Palavras-chave: Arquitetura; Território Federal do Acre; Modernidade; Rio Branco; Século XX.

1 – Território Federal: da novidade na geopolítica à novidade da arquitetura brasileira

O Território Federal do Acre foi criado em abril de 1904¹. A porção territorial correspondente ao atual estado passou a ser alvo de exploração econômica e cobiça internacional em fins do século XIX. Isso se deve à descoberta da maior reserva natural de seringueira existente na porção sul-ocidental da Amazônia brasileira. Tal especulação se intensificou com a migração dos homens nordestinos brasileiros à região amazônica. Em parte, essa população se transferiu pelo flagelo da seca. Outra motivação se deu pelo recrutamento do governo federal, do Pará e do Amazonas para “povoar” e explorar a Amazônia (Guerra, 1955; Rancy, 1986; Carneiro, 2015; Campos, 2004).

Homens, entre futuros certos a assumirem postos de seringueiros e seringalistas na estratificação do processo econômico da borracha, subiram os rios e se fixassem às margens dos principais cursos d’água e criaram os seringais. A extração do látex e a importação da borracha alimentou os países industrializados, que ansiavam por essa matéria prima diante da recente descoberta da vulcanização e outras tecnologias. Assim, a indústria automobilística era suprida pelas reservas naturais extrativas do Brasil amazônico.

Em pouquíssimo tempo, de uma região habitada apenas pelos indígenas nativos, passa a ser palco e objeto de disputa internacional e conflitos bélicos. A Bolívia e o Peru reivindicam os seus direitos à terra, até pouco tempo, desinteressante, aparentemente. O Brasil invade as terras que, de acordo com os desenhos tratadísticos ainda setecentistas, pertencentes essencialmente às extintas colônias espanholas. Simultaneamente, o governo boliviano arrenda essa porção territorial ao *Bolivian Syndicate*, companhia criada entre a Inglaterra e os Estados Unidos da América – EUA que arrendou a região boliviana do Alto Acre por 30 (trinta) anos. Região essa já ocupada por milhares de homens brasileiros na exploração do ouro negro.

Entre os diversos interesses dos países sul-americanos e das grandes metrópoles industrializadas, cria-se uma situação de litígio. Portanto, em 17 de novembro de 1903, é assinado o Tratado de Petrópolis, acordo entre o Brasil e a Bolívia, onde o Acre é incorporado ao território nacional brasileiro. Em contrapartida, o governo no Brasil se compromete em construir uma linha férrea conectando o Brasil à Bolívia, conhecida popularmente como Madeira-Mamoré. Além disso, o Brasil indenizou o *Bolivian Syndicate*, diante do arrendamento recém feito pela Bolívia, bem como indenizou o próprio governo boliviano. Em 08 de setembro de 1909 foi assinado o Tratado do Rio de Janeiro, entre o Brasil e o Peru e houve a consolidação exata dos limites do Acre.

¹ A área do Acre foi dividida em 03 (três) Departamentos, cada um com sua sede governamental: do Alto Juruá, do Alto Purus e do Alto Acre com Rio Branco. Posteriormente foram extintos os Departamentos e Rio Branco constituiu-se como a capital Territorial e, posteriormente, estadual.

Com a anexação definitiva do Acre ao Brasil, o governo brasileiro decide instituir o Território Federal do Acre. Diante da inusitada experiência geopolítica nacional, a Constituição Federal vigente não previa solução legal para o recém-criado ente federativo. Como inspirações análogas que já haviam praticado a instituição de Territórios na unidade da federação, houve a busca referencial nos EUA, na própria Bolívia e na Argentina. Após a sua criação, outras regiões litigiosas foram tratadas como Território Federal no caso brasileiro, a exemplo dos atuais estados de Roraima, Rondônia, Amapá, Santa Catarina, Paraná e do Distrito Estadual do Arquipélago de Fernando de Noronha, em Pernambuco.

Essa condição federativa criou uma subordinação do Acre ao governo federal e dependência total do poder central. Houve governadores departamentais e territoriais, bem como demais interventores e servidores públicos, todos designados pela Presidência da República. Conseqüentemente, as políticas públicas advêm dessa submissão institucional e política. A referida formatação geopolítica perdurou até 1962, quando o Acre foi emancipado e elevado a condição de estado brasileiro.

Acredita-se, portanto, que a condição amazônica, associada à geopolítica nacional produziram peculiaridades não apenas na geografia e na política brasileira, mas também na produção do espaço construído. A arquitetura no caso acreano é marcada pela relevância histórica nacional para a recente formação do Brasil. E, entre as experiências que lhes são peculiares, estão as obras públicas edificadas ainda na primeira década do século XX em madeira, até os grandes equipamentos urbanos em alvenaria que consolidaram a paisagem urbana da capital acreana.

2 – Arquiteturas em madeira: primórdios da construção de uma cidade

Os registros históricos, sejam eles textuais ou imagéticos, apresentam a origem da arquitetura urbana em Rio Branco através do uso quase generalizador da madeira. O núcleo de fundação da cidade nasce da estruturação da vila de entreposto comercial onde é conhecida atualmente como Gameleira. Era um arruamento paralelo ao rio acre que se descortinava para a calha fluvial. Há um debate iniciado no Acre ao relacionar a origem da arquitetura local às matrizes indígenas dos povos nativos, ou da herança dos migrantes nordestinos da arquitetura rural e sertaneja (Cândida, 2007; Lima, 2010).

Há, também, relações de aclimação e fluxos culturais a partir da perspectiva cabocla empreendida por Costa (2010) na conciliação do vernáculo e popular com modelos

importados advindos dos portos amazônicos e transatlânticos. Mais recentemente, Weimer (2014) avança na perspectiva de que as expressões mais primitivas dessa arquitetura, a exemplo do *tapiri*, tenha forte relação com a presença negra no Brasil. É, por conseguinte, uma arquitetura de matriz afro-brasileira.

Com isso, percebe-se a polifonia da configuração arquitetônica desde os povos nativos, ambiente amazônico, o nordeste brasileiro, a população afro-brasileira e as reminiscências dos colonizadores e das metrópoles industriais. Todavia, a despeito da diversidade inter-relacional, há o protagonismo e individualismo da madeira. Seja na estrutura, vedação, coberta e acabamento, a madeira foi utilizada em larga escala. Num primeiro momento, após a chegada do homem branco, foram construídas edificações com beneficiamento mais simplificado, a exemplo de cortes, lavras e serragem rudimentares.

As cobertas foram construídas por palhas e fibras escovadas das folhagens de palmeiras da flora local. Outra solução para a coberta era o uso de cavacos, que são peças retangulares de madeiras sobrepostas em sistema de escama (Guerra, 1955). Com essa rusticidade, as primeiras edificações públicas foram erguidas, muito semelhantes à arquitetura rural dos barracões e outras instalações dos seringais, a exemplo da Residência do Prefeito do Departamento do Alto Acre, onde funcionou também a Primeira Sessão do Júri (ver figura 01).



Figura 01 – Residência do Prefeito do Departamento do Alto Acre.

Fonte: FALCÃO. Data: 1906-1907, p.107.

A fotografia explicita a restrição de oferta de materiais construtivos, a dificuldade de acesso e de transporte que a malha fluvial e tecnologias de transporte se caracterizavam à época. Esse cenário obrigava ao uso das riquezas naturais abundantes, a exemplo da floresta

amazônica densa e sua vegetação. Além da precariedade que se apresentavam as construções, a efemeridade compunha o caráter de cada imóvel.

Num segundo momento, ainda no início da segunda década do século XX, foram utilizadas ferramentas mais específicas para um acabamento requintado nas edificações. Apresentam serragem especial, apliques que aludem a estuques e variação de aberturas da composição das fachadas. Enfim, uma melhor geometrização das construções. As edificações apresentam também o início da variação de materiais construtivos. Por exemplo, houve a introdução das telhas retangulares tipo onduladas de metal, que eram fáceis de transportar, instalar e manter diante da hostil condição de habitabilidade à época (ver figura 02). Houve também a introdução, ainda que tímida, da telha de barro.



Figura 02 –Edificações em madeira beneficiada, fachadas variadas e cobertura de fibrocimento.
Fonte: Fundação Oswaldo Cruz/DPHC. Data: 1912.

Percebe-se que essa mudança está atrelada a consolidação da cidade de Rio Branco como uma área de controle do escoamento da produção gomífera e, posteriormente, como sede departamental do Território Federal, desde a primeira década do século XX. Está também atrelada ao “descobrimento” dos rios, do conhecimento de suas rotas e do comportamento diante da sazonalidade das águas. A mudança também se deu pela tecnologia desenvolvida para as embarcações que subiam os rios, mesmo driblando os bancos de areia, os balseiros e a seca.

A geografia natural de Rio Branco é marcada pela sinuosidade do rio Acre e seus afluentes. Este elemento hídrico tem características geomorfológicas de formação recente e instável. Sua calha está em estruturação e consolidação. Isso se evidencia pela quantidade de meandros e áreas alagáveis que existem ao longo de seu curso e pelas mudanças constantes que a cada subida e descida das águas e coloca como novidade na paisagem local. Outra questão peculiar à natureza da capital acreana é a composição mineral de seu solo. Trata-se de um tipo que apresenta uma certa instabilidade geológica. Isso se evidencia

pela composição legal do Plano Diretor atual em enfatizar as áreas de escorregamento geológico e da restrição ao gabarito máximo que em outra cidade haveria potencial construtivo maior, de acordo com a Lei Municipal nº2.222/2016.

Por muitos anos se alimentou no imaginário popular em Rio Branco que o solo natural na cidade não suportaria construção em alvenaria. A evidência disso está na prática e difusão da arquitetura de madeira, por se tratar de uma construção mais leve e mais adequada àquela peculiaridade edáfica. Assim, vê-se que desde os fins do século XIX até as 03 (três) primeiras décadas do século XX, a permanência uníssona de construções em material vegetal. Destarte, o poder público local, para superar o aspecto mambembe das construções que edificaram as primeiras décadas a capital Rio Branco, passa a importar da Europa os chalés.

O Prefeito Departamental em Rio Branco no ano de 1906, registra em seu Relatório de Governo, os melhoramentos da capital do Departamento do Alto Acre. Entre eles, está a busca de materiais construtivos em outras praças brasileiras, a exemplo de Manaus que era a referência de metrópole nacional naquele ambiente amazônico. Ou, noutro esforço modernizador e equivalente às urbes modelares, fez buscar na Europa, imóveis em madeira. Tais quais os de ferro, tão em voga à época, os de madeira eram pré-fabricados, vendiam em catálogo e eram de fácil instalação.

Assim, a autoridade local escreveu que “além destes predios a construir-se outros já em construção ha dous pertencentes á União, que fiz encommendar á *Société des constructions hygieniques de Pariz*, os quais deverão chegar por todo este mez” (RIBEIRO, 1906, p.8, destaques no original [sic]). Dessa arquitetura erudita em madeira, com apelos de modernização, higienismo e outros tons eurocêntricos, passa-se a praticar localmente um hibridismo a partir dos conhecimentos locais e demais fluxos. O resultado dessa fusão é o que Costa (2010) chama de Arquitetura Cabocla. Desse modo, tanto os imóveis públicos importados quanto os chalés aclimatados são prática arquitetônica na nova configuração de Rio Branco. Na figura 03 vê-se um registro do possível imóvel importado, correspondente a sede da Prefeitura Departamental do Alto Acre.



Figura 03 - Sede da Prefeitura do Departamento do Alto Acre, construída em 1908.

Fonte: DPHC. Data: 1911-1913.

O Governador Territorial Gabino Besouro registra em seu Relatório de Governo, ainda na primeira década de 1900 o uso frequente e, praticamente, único da madeira como material de construção protagonista das edificações em Rio Branco. Sua justificativa pela eleição desse material natural se dá pelas dificuldades logísticas de transporte, ausência de mão de obra especializada, de oferta de material sintético ou de fontes naturais locais da matéria prima. Outra grande justificativa se coloca pela instabilidade do solo, o qual não resistiria ao peso e porte das construções em alvenaria ou outro material mais denso que a madeira (Besouro, 1908). Este cenário mudou drasticamente na década de 1920, seja pela consolidação de Rio Branco como sede governamental, seja pelo aperfeiçoamento do transporte fluvial e comércio portuário, entre outros motivos, como se vê a seguir.a

2 – Primeiras construções em alvenaria: o futuro do pretérito

As obras públicas, edificadas entre 1928 e 1929 inauguram um modo de construir em Rio Branco, com a adoção da alvenaria. No senso comum atribui-se ao Mercado Público, conhecido atualmente como Novo Mercado Velho, como a primeira construção em alvenaria, datada desse período. Porém, sabe-se da ocorrência de outras e anteriores experiências. Por exemplo, em 1910, o Tabelião Cardoso lança a pedra fundamental de sua residência em Rio Branco, com alvenaria. Esse feito, além da cobertura jornalística da mídia local, da presença de ilustres autoridades para brindar o grande feito com champanhe, havia uma ânsia pela busca de equiparação e sintonia com a modernidade das cidades grandes. E, naquele

contexto amazônico e de intenso processo econômico da borracha, Manaus era o parâmetro de ascensão urbanística no país (Jornal Cidade da Empresa, 2 de outubro de 1910 *apud* Klein, 2013).

De todo modo, as obras públicas empreendidas em fins da década de 1920 expressam os anseios modernizadores e de construção de símbolos na imagem urbana, com grandes proporções físicas e inovações materiais e técnicas. O destaque na cidade se dá também pela adoção de um repertório arquitetônico impregnado de significância milenar que imprimiu um caráter peculiar àquelas construções protagonistas. Em 1927, o Engenheiro e Advogado Hugo Carneiro Ribeiro foi nomeado governador do Território Federal do Acre. Em seu relatório de governo enviado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (RIBEIRO, 1930), há o registro de condenação ao ambiente citadino encontrado tratado pela autoridade como um atraso urbanístico.

Condena pela propensão às doenças, falta de higiene e precariedade das edificações em madeira. Estas tanto pelo estado de conservação quanto pelo material construtivo. Constatou, nesse documento, que não havia sequer uma construção em alvenaria. Diagnóstico esse que colocava a arquitetura em madeira, até pouco tempo sinônimo do hodierno, como ultrapassada. Sua rejeição às construções em madeira é evidenciada pelo investimento que fez em olarias, serrarias e oficinas, a fim de não só modernizar as práticas construtivas. O objetivo maior parece também ter sido o da supressão do uso de madeira na arquitetura (*idem*).

Após a primeira perspectiva da modernização de Rio Branco através da importação dos chalés em madeira, o segundo momento se deu através do Revivalismo em alvenaria. Basicamente se destacam as obras públicas e, entre elas, os 03 (três) exemplares emblemáticos. Sabe-se da atmosfera cosmopolita que as cidades buscavam na universalização e modernização homogeneizante ao desenharem a paisagem urbana pela monumentalidade dos equipamentos urbanos. A essa condição, retomar o caráter icônico de civilizações pretéritas se colocou como premissa modernizadora (Pereira, 2012; Cardinal, 2012).

A primeira obra em alvenaria a ser construída foi o Mercado Público, iniciada em 24 de maio de 1928. Foi constituído de cimento inglês, revestimento interno de azulejo alemão e acabamento da fachada em cornija e platibanda. Seu design, material e técnica construtiva, além da proporção física, fizeram com que se tornasse um marco na cidade. Houve instalações hidrossanitárias de abastecimento e de recolhimento, condição inusitada às construções locais da época (Souza, 2002). Ele foi construído através do espírito historicista. Alude à herança greco-romana das áreas públicas pela nobreza da reunião dos cidadãos.

Assim, com estilo neoclássico, se materializa nos arcos plenos que se sucedem a cada abertura e pela sutilidade da modenatura de cornijas, frisos, cunhais e outros elementos compositivos (ver figura 04).

O Quartel Militar em Rio Branco foi construído simultaneamente ao Mercado Público, iniciado em 25 de agosto de 1928. Utilizou-se das mesmas tecnologias e materiais em busca da “cidade do futuro” a partir do espaço construído e do serviço de defesa e de segurança (Souza, 2002). Claramente é possível enxergar a relação tipo-morfológica com os grandes equipamentos europeus, especialmente os franceses. Dessa inspiração, coube também as obras icônicas das colônias francesas, como é o caso do Quartel da Legião Estrangeira Francesa, localizada no Marrocos, África. Como símbolo de poder no revivescimento são apropriados elementos arquitetônicos como a platibanda em dentelos, planta e volumetria pavilhonar como sistemas fortificados e bastiões, entre outros aspectos (ver figura 05).

A terceira edificação é o Palácio do Governo, que substituiu o antigo palacete em madeira. O início das obras foi em 15 de junho de 1929. Segundo o Relatório de Governo, Hugo Carneiro se baseou na “architectura grega” e fez uso da “ordem jônica” (RIBEIRO, 1930). Outras construções podem ser vistas, que foram construídas com apelo revivalista, a exemplo da Agência do Banco do Brasil. Outro exemplo é o Antigo Presídio de Rio Branco, edificado já na década de 1930. A prisão revisada tal qual pode ser percebida reminiscência colonial na arquitetura das Casas de Câmara e Cadeia, agora noutra proporção e função separada e especializada. Os arcos abatidos e modenatura que aludem a arquitetura luso-brasileira numa expressão neocolonial (ver figura 06).



Figura 04 – Mercado Público Municipal de Rio Branco.

Fonte: Relatório de Governo de Hugo Carneiro/DPHC. Data: 1930.



Figura 05 – Quartel Militar de Rio Branco.

Fonte: DPHC. Data: Década de 1930.



Figura 06 – Palácio do Governo.

Fonte: Relatório de Governo de Hugo Carneiro/DPHC. Data: 1930.



Figura 07 – Antigo Presídio de Rio Branco.

Fonte: DPHC. Data: Década de 1930.

A arquitetura desse período nasce, portanto, de um anseio modernizador. Busca a substituição da madeira pela alvenaria e renova também a linguagem estilística. Segundo Souza (2002) são expressões da ordem, do controle, da higiene, da saúde, do sanitarismo, do controle e do poder. E a proposição da modernização busca uma negação do passado e desprendimento da herança cabocla, amazônica, em função de uma paisagem cosmopolita. Muitos outros equipamentos urbanos foram instalados nas décadas seguintes, como se constata na sequência.

3 – Estado Novo num quase novo estado

Essencialmente no período do Estado Novo, sob a ramificação local dos Governadores Territoriais, o Acre recebeu diversos equipamentos urbanos. As políticas públicas empregadas nesse período se materializaram no espaço urbano das cidades acreanas, sobretudo na capital. Os discursos da inovação e estruturação do Trabalho e do Trabalhador como plataformas de desenvolvimento e emancipação são visíveis em cada equipamento instalado na cidade. Certamente, por uma condição de subordinação ao governo federal, no Acre dessa época, as políticas “desenvolvimentistas” empregadas pelo espírito estado-novista tenham sido recebidas de maneira mais amistosa. E, de fato, tenham sido implementadas com maior eficácia e desdobramento. A geopolítica experienciada no Acre advinda dos interesses econômicos sob os discursos da defesa da unidade nacional recaía, agora, nos interesses dos objetivos da soberania e do nacionalismo que o governo federal buscava no fortalecimento do Estado brasileiro.

Os acordos entre os EUA e o Brasil no período da Segunda Guerra Mundial acerca da produção de borracha atinge diretamente o Acre. Milhares de homens nordestinos são recrutados pelo governo federal como Soldados da Borracha para a extração do látex na selva amazônica nesse período. O objetivo estava na alimentação da indústria estadunidense com a referida matéria prima. A contrapartida seria a oferta de tecnologia bélica para a Defesa brasileira. Este compromisso entre as duas nações fez com que o Acre recebesse em pouquíssimo tempo uma população migrante expressiva. Consequentemente, as intervenções arquitetônicas e urbanísticas nas cidades se colocam igualmente intensas e numerosas no âmbito do poder público. Al Assal (2013) destaca a proposta paternalista que permeou a proposição da nova nação e dos novos cidadãos trabalhadores desse período. Assim, a autora evidencia o viés sanitarista, medicinal, social, moral, cívico, educacional, em que o corpo e a mente do novo homem trabalhador se colocaria à disposição da nação. Esse desenho do cidadão encaixava perfeitamente na estruturação de uma nova sociedade em formação e na otimização para as respostas às demandas estrangeiras.

AL ASSAL (idem, p.93) ao analisar as práticas da educação e instalação das escolas agrícolas no estado de São Paulo permite que seu estudo de caso à ampliação da visão sobre a atuação das políticas públicas do Estado Novo noutros equipamentos. Destarte, afirma que “a arquitetura recebe a responsabilidade de incutir sentimentos nacionalistas e operar, portanto, como símbolo inserido em uma perspectiva da construção de ícones de massa”. Esse forte recurso da imagem como sentimento de pertencimento e patriotismo fez com que nesse período se voltassem, em parte, ao legado simbólico do Brasil sob o domínio português. A arquitetura colonial foi eleita como elemento identitário da nação brasileira desde a arquitetura civil até a religiosa, sobretudo a barroca (Bruand,1997; Segawa,2014). Várias obras públicas receberam como novidade, o legado luso-brasileiro expresso nas escolas e demais equipamentos através da arquitetura, doravante denominada neocolonial. Algo muito peculiar também está na circulação das ideias a partir da experiência estadunidense. Especificamente destaca-se a arquitetura estilo missões, que se refere àquela advinda das práticas edificatórias da fronteira desse país com o México e massificada no repertório arquitetônico brasileiro desse período (Atique, 2010).

O segundo plano urbanístico para a cidade de Rio Branco, conhecido como *Pennapolis*, construído em 1908, sob o comando do Engenheiro do Exército e Prefeito Departamental Gabino Besouro. Nesse plano era proposto o zoneamento municipal, o qual possuía além da zona urbana, a suburbana e a de experiências agrícolas. Isso denota o caráter rural e periurbano e de exploração agropecuária que possuía. Assim, além da criação de oferta de

emprego e fixação da população advinda dos seringais, contribuiria para a produção e abastecimento local. Dessas ideias, foram criadas colônias agrícolas e, posteriormente, estação experimental e demais equipamentos para a estruturação das atividades de agropecuária.

Exatamente no período estado-novista, Rio Branco recebe construções ligadas às atividades do setor primário que trazem consigo a arquitetura neocolonial. Como exemplo se tem a Estação Experimental Agrícola, a colônia responsável pelo Aviário, entre outros. Além disso, houve a construção de diversas escolas públicas, sempre numa linguagem de aproximação com o neocolonial. Para tanto, foram utilizadas estruturas avarandadas, sucessão de arcos no alpendre, algumas apresentam cimalthas e falsas eira e soeira, telhas cerâmicas tipo capa canal, entre outros recursos formais e materiais (ver figura 08).

Outro destaque a ser feito é a ocorrência de outra linguagem e estilos em paralelo ao *revival* luso-brasileiro. Trata-se da arquitetura das linguagens modernas que ocorreram em diversos países. Observa-se a sede central da Agência dos Correios, numa supressão à sua configuração anterior, nesse período assume uma rigidez e robustez sombria. Ao mesmo tempo, é composta pela sobriedade e geometrização da linguagem clássica. Aproxima-se da arquitetura alemã ou italiana.

Outro exemplo está numa instituição de ensino que se diferencia das demais da época. Trata-se do atual Colégio Acreano, com suas formas aerodinâmicas e escalonamento, surge com arrojo arquitetônico futurista (ver figura 09). Boa parte dos equipamentos construídos nessa época: sedes de secretarias e de serviços públicos, escolas, terminal aeroportuário, delegacia, posto de puericultura, posto policial, entre outros, obedeciam ao estilo *Art Déco*. Fachadas geometrizadas, com formas em escalonamento, frisos, relevos decorativos, entre outros aspectos formais, emprestavam às novidades edificadas para contribuir no processo modernizador da capital territorial (ver figura 10).



Figura 08 – Antiga Sede da Estação Experimental.
Fonte: DPHC. Data: Década de 1950.



Figura 09 – Atual Colégio Acreano.
Fonte: DPHC. Data: Década de 1950.



Figura 10 – Terminal de Passageiros do Aeroporto Salgado Filho.
Fonte: DPHC. Data: 1948.

A maioria dessas obras foram construídas essencialmente na gestão do Major José Guiomard Santos, durante a sua gestão enquanto Governador, entre 1946 e 1948. A modernização física estava alinhada com as iminentes tentativas de emancipação do Acre. O fortalecimento dos serviços públicos, a produção para abastecimento, seja na agricultura e pecuária, seja na fabricação de materiais de construção, foram alguns dos caminhos percorridos para a consolidação da presença e estruturação do poder público e elevação a estado em 1962. Muitas foram as obras nesse período em busca da modernização do Acre. Foram construídos os primeiros conjuntos habitacionais, as olarias para a oferta de tijolos, telhas, ladrilhos hidráulicos e outros materiais de construção, serviços de saúde, como o leprosário com a vila para os pacientes e suas famílias além de escola para os filhos, entre outros exemplos. Todos buscavam a expressão nacionalista seja arraigada ao legado luso-brasileiro, seja pelo uso das vanguardas modernas europeias e americanas, sempre em busca da afirmação identitária e do fortalecimento do Estado brasileiro.

5 - Considerações Finais

O presente artigo faz um recorte das obras públicas em Rio Branco, entre a diversidade do repertório arquitetônico ocorrido no Acre. Buscou-se compreender as intervenções institucionais para a estruturação das políticas governamentais, especialmente no período enquanto Território Federal. A configuração de tríplice fronteira entre as experiências luso-brasileira e hispano-americanas, os interesses de defesa e exploração econômica seja no processo litigioso, seja na Segunda Guerra Mundial, trouxeram marcas edificadas no espaço da capital acreana. Os interesses de defesa do território nacional e da unidade territorial estão alinhavados com interesses econômicos, liberais, acordos e subordinações no sistema mundial da economia.

O diálogo com a Arquitetura Moderna nesse período e formato constitucional de ente federativo se deu essencialmente pelas vanguardas e pelo proto-modernismo. Uma área distante dos trânsitos maiores de informações, associado a submissão ao governo central, trouxe um caráter eminentemente prático, ágil, modelar e modular. Muitas obras executadas no Acre são encontradas ao longo de várias cidades brasileiras. O que lhe torna peculiar também é a concentração dessas obras.

Cabe ressaltar também a ausência de faculdade de arquitetura no Acre, até o ano de 2006², bem como a presença rarefeita de profissionais arquitetos e urbanistas no período do Território Federal também dificultaram a absorção das práticas hodiernas que permeavam os ambientes acadêmicos. Havia os engenheiros, militares o não, designados pelo governador federal para a concepção e execução de obras públicas, além da atuação no expediente da administração territorial, departamentais e municipais.

A prática revivalista do Brasil colonial ou da busca nas vanguardas modernas em simultâneas ações de origem comum, explicitam a polifônica referência de desenvolvimento, modernização e de nação. Explicita as faces políticas em suas mentalidades e acordos com o mundo estrangeiro. No Acre, Amazônia sul-ocidental brasileira, esta trama se fez campo fértil, num ambiente em plena formação urbana e integralmente dependente do poder central, nas primeiras seis décadas do século XX. E fez dessa experiência, nascer uma arquitetura no Território Federal no Acre que, certamente permite a afirmação da existência de uma arquitetura do Território Federal do Acre.

² O primeiro curso de Arquitetura e Urbanismo no Acre foi inaugurado em 2006 na Faculdade da Amazônia Ocidental – FAAO, em Rio Branco, com a primeira turma formada em 2010.

6 - Bibliografia

AL ASSAL, Marianna Boghosian. **Arquitetura e identidade nacional no Estado Novo – As Escolas Práticas de Agricultura do Estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume;Fapesp, 2013.

ATIQUÊ, Fernando. **Arquitetando a “Boa Vizinhança”: Arquitetura, Cidade e Cultura na relações Brasil-Estados Unidos 1876-1945**. São Paulo: Fernando Atique/Pontes Editoras, 2010.

BESOURO, Gabino. **Relatório de Governo**. Rio Branco: 1908.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

CAMPOS, Simone Martinoli Madeira. **O Estado brasileiro e o processo de produção do espaço no Acre**. Tese de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo PPG-FAU-USP. São Paulo: USP, 2004.

CÂNDIDA, Marlúcia. **A colocação e a casa do seringueiro: exemplo de arquitetura vernácula da Amazônia**. Rio Branco: Gráfica TJ/AC, 2007.

CARDINAL, Silvia Arango. **Ciudad y arquitectura. Seis generaciones que construyeron la América Latina Moderna**. México: FCE Colombia, Conaculta, 2012.

CARNEIRO, Eduardo de Souza. **A Formação da Sociedade Econômica do Acre: “sangue” e “lodo” no surto da borracha (1876-1914)**. Rio Branco: EAC Editor, 2015.

FALCÃO, Emílio. **Álbum do Rio Acre 1906-1907**. Belém.

GUERRA, Antonio Teixeira. **Estudo geográfico do Território do Acre**. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

KLEIN, Daniel da Silva. “...e como são também as construções desta terra”: uma análise narrativa/visual sobre a primeira Rio Branco, Acre (1903-1930), e a necessidade de sua preservação. Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v.26, n.1, jan./jun. 2013Pp.167-181.

LIMA, Valdeci Cândido de. **A sustentabilidade da habitação do seringueiro amazônico**. Revista Pós, v. 17, nº18, São Paulo, dezembro/2010. Disponível via <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/posfau/n28/11.pdf>. Acesso em 11.12.2012, às 20h25.

PEREIRA, José Ramon Alonso. **Introdução à história da arquitetura, das origens ao século XXI**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SÁ, Fabiana Raggi de. **A modernidade do Art Déco na Arquitetura rio-branquense (1946-1950)**. Monografia de Especialização em Natureza, Cultura e Movimentos Sociais na Amazônia, da Universidade Federal do Acre. Rio Branco: UFAC, 2007.

RANCY, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre (1870-1912)**. Rio Branco: Falangola, 1986.

RIBEIRO, Acauã. **Relatório de Governo**. Rio Branco: 1906.

RIBEIRO, Hugo Carneiro. **Relatório de Governo 1927-1928**.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **Fábulas da Modernidade: a utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 1920**. Dissertação de Mestrado em História na Universidade Federal de Pernambuco. Recife: CFCH/UFPE, 2002.

WEIMER, Günter. **Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura brasileira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.